

Perda de comunidade

O ditado ancestral “é preciso uma aldeia para criar uma criança” já se assentou como um dos discursos centrais do ativismo contemporâneo que busca o combate as opressões vividas por mulheres que são mães e/ou pessoas que exercem o cuidado. Encontrou sua força, desde rodas de conversa até certa literatura teórica, porque toca em um dos pilares que sustentam a opressão sistêmica a este heterogêneo grupo social: o isolamento.

O isolamento e, quando pensamos sua dimensão subjetiva, a *solidão materna*, é um fenômeno identificado por diferentes autores/as como signatário ao desejo de alocação da mulher no contexto doméstico subjacente a gênese da modernidade. Em um movimento de retroalimentação, foi neste trecho da história que protocolos de conduta foram ensaiados por diferentes instituições, que por sua vez foram também solidificadas por sua aplicação e assim sucessivamente, ao infinito.

Seria um truísmo salientar, no entanto, que a fragmentação de uma comunidade é uma das principais dimensões do modelo família burguesa². É estimulada, face a nova organização do mundo do trabalho, que as pessoas estejam cada vez mais isoladas umas das outras, o que se torna cada vez mais evidente no capitalismo tardio³. O trabalho do cuidado, que até então era integrado comunitariamente, é direcionado ao contexto doméstico⁴. Essa fragmentação, tributária a dicotomia público-privado, onde a mulher é alocada neste segundo, é o que gera e assenta essa sujeita na teia de aranha a que nomeamos responsabilização exclusiva e que apesar de ter um tempo espaço de nascimento, consegue até hoje operar e desterritorializar quem está sob seu julgo.

Normalização da maternidade

Aos textos que dão contorno a ideologia acima descrita, ou seja, aqueles onde autoridades científicas como médicos, juristas, estudiosos das humanidades, se organizam para dizer qual padrão de normalização⁵ do trabalho do cuidado será o “normal” e, uma vez exercido, tornará a cuidadora digna do título de “boa mãe”, apelidaremos aqui de *estudos clássicos da maternidade*. Foi/é um movimento que contém uma preocupação teórica em torno do fenômeno, tal como gestação, parto, amamentação, psicologia infantil, demografia e aspectos gerais circulados pela ideia de “saúde” baseados quase exclusivamente em um aporte essencialista e biologizante de uma “anatomia feminina”. Foram pesquisas e textos que deram legitimidade, naturalidade e destino ao perfil materno desejável. Operando a partir de zonas de disseminação do saber-poder, como as universidades, estes textos ajudaram a solidificar padrões de normalidade que ainda hoje operam a vida de pessoas que gestam e exercem o cuidado em todo mundo – uma vez que o capitalismo como sistema socioeconômico predominante organiza essas experiências

¹ Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES/PDSE no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. fontelufjr@gmail.com

² ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Tradução de Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 273.

³ CRARY, Jonathan. 24/7 - Capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

⁴ FEDERICI, Silvia. O Calibã e a bruxa. São Paulo: Enfante, 2018. 530p.

⁵ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

geopoliticamente. E tudo que fuja a esses padrões precisa então ser contido para ser então tratado ou eliminado.

Sobre o tratamento

Aos escritos que versarão teoricamente sobre a recusa ao tratamento e a docilização dos corpos, chamaremos provisoriamente de *estudos críticos da maternidade*. É uma gama de escritoras incríveis, apesar de eurocentradas, e engajadas com a emancipação das pessoas, apesar de brancas. Mas que utilizarão de um profundo adensamento teórico para questionar um destino natural da mulher bem como suas fragmentações e sua posicionalidade. São escritas que questionarão o lar, o privado⁶, a maternidade como destino inevitável⁷, que visitarão com minúcia os artefatos escritos das ciências que as marginalizaram e que terão com isso a potência de inauguração de uma episteme. Recorrerão com perspicácia e inteligência as bibliotecas, linguagem escrita, métodos de pesquisa instituídos e solidificados. Amostras, formulários, cartografias do pensamento⁸, esquematização histórica⁹ da economia e das guerras. E uma vez vivendo suas libertações, questionarão os biologicismos que escreverem seu corpo, as flores colocadas em seus úteros e verão que a maternidade, como palavra-síntese de uma série de protocolos compostos por interdições e paralisias, deveria ser questionada.

Tornando-me sujeita

“Mas eu, que estou vinculada ao meu espelho
assim como à minha cama,
vejo causas na cor
assim como no sexo
e sento-me aqui a imaginar
qual de mim sobreviverá
a todas estas libertações”.¹⁰

Apesar de nos sentirmos abraçadas – por muito tempo – pelas acadêmicas que nos precedem na história linear da teoria feminista moderna, sempre sentimos que havia algo de mais profundo que isso que aprendemos a nomear como gênero. Uns desencontros, uns desconfortos, umas fissuras no navio. Nós, pessoas pobres e/ou racializadas que entramos na universidade e temos experimentado o mundo também teoricamente, percebemos que uma certa história única¹¹ da demanda política da episteme feminista, que nos colocava na história do pensamento só a partir da década de 1970, quando *umas mana preta muito foda* começaram a publicar com intensidade, não era exatamente o ponto de partida de nossa produção intelectual. Na história das ondas feministas mulheres racializadas sempre vieram depois como intelectuais porque publicaram depois - e essa dificuldade continua até hoje. Como se alguém tivesse nos aberto os caminhos e nós nos sentimos estimuladas a trilhá-lo. Mas isso não seria

⁶ BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo – Livro 1: Fatos e Mitos. 4ª Edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

⁷ BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. [Tradução: Waltensir Dutra].

⁸ BRASIL, Marina Valentim e COSTA, Angelo Brandelli. Psicanálise, feminismo e os caminhos para a maternidade: diálogos possíveis?. *Psicol. clin.* [online]. 2018, vol.30, n.3, pp.427-446. ISSN 0103-5665.

⁹ FEDERICI, Sílvia. O Calibã e a bruxa. São Paulo: Enfante, 2018. 530p.

¹⁰ LORDE, Audre. Entre nós mesmas: Poemas reunidos. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020. 224p.

¹¹ ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

uma ideia linear e evolucionista? Eleger a modernidade e o sufrágio como marco histórico não torna a branquitude, por melhor intencionada que seja, sempre pioneira e ligeiramente salvacionista? Me recuso a acreditar e aceitar o mito eurocêntrico¹² de que produção intelectual é produção escrita somente, assim como me recuso a ser salva, objetificada ou dita pelos/as outros/as, seja nos *estudos clássicos da maternidade*, seja nos *estudos críticos da maternidade* ou ainda, nos vestígios do primeiro no segundo, uma vez que fui objeto em ambos¹³.

Sobre afetações

Aqui eu já devo falar mais de como me sinto, sobre meus afetos e afetações. Aqui é a confluência¹⁴ do que entendo por intelectualidade, escrita, feminismo e maternidade. É quando percebo que minhas referências epistêmicas não começam tampouco com Angela Davis ou Lélia Gonzalez – essas deusas dos meus altares (estantes de livros) –, mas com comadre Maria, que benzeu meio mundo da Amazônia de Sal, de onde venho, e Dona Rita, em sua pedagogia dos cipós e dos bolos de macaxeira. Mulheres que não teriam sobrevivido sem refinada inteligência para bem-viver¹⁵ em um mundo que tanto as deslegitimou e subjugou. Quando estas intelectuais da terra e dos tempos cíclicos e espiralares encontram aquelas que aprenderam a manusear a letra e a estarem presentes com força no mercado predatório das publicações, no entanto sem se deixar recolonizar, me ajudam a oxigenar a estadia neste espaço de saber-poder que é a academia. Elas me cuidam, me afagam, me benzem, me ajudam a escrever minhas táticas de sobrevivência e a parir meus pensamentos caóticos e utópicos de descolonização do meu imaginário.

Sobre biointeração

À biointeração¹⁶ entre estas cosmopercepções, escritas ou não, e que pensam a maternidade considerando a sua dimensão necropolítica¹⁷, ou seja, identificando e se voltando contra os padrões de eliminação e objetificação do projeto moderno, nomeio aqui *estudos futurístico-ancestrais da maternidade*. São percepções sinestésicas que pensam maternidades para as quais a docilização nunca foi o projeto, mas que também não se assentam unicamente na dor e na expropriação, mas tentam autodeterminação diante da vida, de uma vida que deve ser organizada para fora das incursões da violência colonial.

São a aglomeração e dissipação, num movimento de descentralização e aliança, dissolvido em diversos frentes de atuação social, que contem críticas à colonialidade, ao racismo e a letalidade¹⁸ do pensamento branco seja nos círculos acadêmicos, seja em suas comunidades,

¹² QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 107-30.

¹³ KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244 p.

¹⁴ SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombos, Modos e Significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

¹⁵ ACOSTA, A. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

¹⁶ SANTOS, *op. cit.*

¹⁷ MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

¹⁸ CRUZ, Felipe Sotto Maior. Letalidade branca. Negacionismo, violência anti-indígena e as políticas de genocídio. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2022.

seja na fronteira entre ambos¹⁹. São feministas desde cá²⁰, que tem experimentando não eleger a gênese do capitalismo como único ponto histórico de partida ou a exportação conceitual como única orientação metodológica, que tem estudado revoluções indígenas na América Latina²¹ e gênero em África²² com minúcia e interpelando séculos de exotismo. Que tem pensado a encruzilhada que é a maternidade a partir de outras referências culturais, mas que olham o passado com ética e sem romantismo. Que não são mulheres de passados, mas que refazem suas histórias de expropriação na reivindicação de um presente sem violência e de um futuro ilimitado²³. São as feministas sem-onda ou ainda aquelas que nem se reivindicam neste termo. São pesquisadoras do fim do mundo, do fim deste mundo. São as que tem problemas com metodologia, pois é na metodologia das pesquisas que o poder colonial se sustenta, e questionam assim não só o conteúdo, mas a forma. São as que padecem, inúmeras vezes, da ausência de um respaldo legitimado de ciência, mas ainda assim, esperneiam pelas rupturas que acreditam.

Aquilombamento e aldeamento

“Discordar” de uma leitura teórica desta ou daquela pesquisadora, quando não possuímos uma comunidade de acolhimento na universidade, não é só um ato solitário, é um martírio e não pode se dar sem adoecimento e afetação. Este texto nasce de um incômodo muito recorrente, quando alunas e companheiras de luta se sentem diminuídas por pesquisadoras muito consolidadas em suas postulações e que estão imersas numa amnésia colonial criada pela hierarquia dos saberes. Combater os vestígios da modernidade-colonialidade em nossas práticas afetivas e acadêmicas passa, sem dúvida, por certa restituição de nosso senso de comunidade, mas não uma comunidade exótica e romântica onde todas concordamos e nos amamos, mas um lugar para onde se voltar quando o mundo só nos oferece adoecimento. Nós pedimos tanto por rede de apoio familiar e nos fraturamos de sua ausência, talvez seja a hora de reconhecermos outras possibilidades de rede de apoio, aquelas criadas por nós na tentativa de não morrer (subjetivamente, mas também institucionalmente, neste nosso caso no ensino superior). Aqui cabe então mudarmos o ditado, uma vez que já sabemos que pra criar uma mulher/mãe/estudante/pesquisadora/cientista é necessária uma aldeia, vamos empunhar e reformular um outro que gosto muito:

A mãe que não é abraçada pela vila vai incendiá-la para sentir seu calor.

Deixemos queimar. E que as cinzas adubem o solo onde plantamos nossas utopias.

¹⁹ FONTEL, Luana. “Ó meu corpo, faça sempre de mim uma mulher que questiona”: racismo anti-indígena e territorializações contemporâneas na universidade. Revista África e Africanidades, Ano XVI, nº 46, maio/2023, ISSN 1983-2354.

²⁰ GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020. 375 pp.

²¹ RIVERA CUSICANQUI, Silvia; Ch'ixinakax Utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

²² OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Trad. Nascimento, Wanderson Flor do. 1. ed - Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021. 324 p.

²³ HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83.